



TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. ORGÃO DEMANDANTE:** AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE
- 2. OBJETO:** AQUISI O DE FARDAMENTOS E ACESSÓRIOS, DESTINADOS AOS AGENTES DA AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE.

LOTE I			
Item	Descri�o	UND	Quant
1	<p>GANDOLA MANGA LONGA MODELO DEMUTRAN DESCRI�O: TECIDO EM SITEL FILL.COMPOSI�O (83% POLIESTER + 17% ALGODÃO) NA COR AMARELO LIMÃO. Camisa gola social com p� de gola, mangas longas, dois bolsos e tampas sextavadas, abertura para caneta, com pala nas costas, platinas, braguilha embutida fechada por ordem de sete botões sendo seis embutidos e fitas refletivas. ESPECIFICA�OES: GOLA: Gola Social na cor preta com p� de gola, entretelada, com pesponto simples a 1mm da borda com detalhe interno no p� de gola na cor preta. OMBRO: Deverá conter um detalhe em formato diagonal em tecido ATTIVITA (A99) na cor preta. MANGAS: com dois bordados na peça, na manga direita de quem veste e com distância de 40mm abaixo da costura da união com o ombro deverá ser bordado de ""BATURITÉ", na manga esquerda de quem veste, com distância de aproximadamente 40mm abaixo da costura da união com o ombro deverá ser bordado da Bandeira do estado do Ceará. REFLETIVO MANGAS: Fita refletiva de 50mm de largura na circunferência das mangas fixadas por pesponto duplo a 200mm da união dos ombros. BOLSOS: Dois bolsos sextavados, /aplicados à altura do peito em pesponto simples a 1mm da borda, medindo 135mm x 145mm. Borda em dobra dupla com 15mm de largura, com velcro branco de 20mm x 90mm costurado em pesponto simples abaixo da costra da bainha do bolso e centralizado. Travetes de segurança nas bordas dos bolsos no sentido vertical. TAMPAS: Entreteladas com cantos sextavados medindo 135mm x 60mm, fechadas por velcro branco de 20mm x 90mm pregados na parte inferior interna da portinhola por simples pesponto, sem costura aparente. Pespontadas a 1mm da borda e pregadas ao bolso por pesponto simples, com travetes de segurança no sentido vertical. Abertura para caneta na tampa esquerda de quem veste com 30mm de abertura. Ao centro das tampas botão transparente de 14 furos em falso. FRENTE: Vista com tapeta em cor preta embutida medindo 34mm de profundidade pespontada por</p>	Unid	24





	<p>pesponto simples fechada por seis botões (sendo cinco embutidos) de quatro furos na cor transparente. O primeiro botão na parte superior da gola, o segundo a 80mm da gola e os demais distribuídos em simetria. 5 travetes na vertical entre os botões. REFLETIVO FRONTAL: Fita refletiva de 50mm de largura na circunferência da cintura fixadas a 10mm abaixo dos bolsos frontais por pesponto duplo. CORDÃO DE IDENTIFICAÇÃO: Texto bordado em tecido preto, com moldura na cor branca, com altura aproximada do texto de 9mm, composto pelo nome do servidor, e, finalizando, exclusivamente na cor vermelha, a(s) letra(s) e o sinal do fator RH do sangue correspondente a ser fixado por velcro com pesponto simples a 10mm acima da portinhola direita de quem veste, com comprimento da tampa e altura total de 20mm. COSTAS: Com pala simples fixada por pesponto duplo. Duas pences abaixo da pala voltadas para as laterais a uma distância de 80mm da união das mangas e com 10mm de profundidade. A 50mm abaixo da costura da pala, bordado na cor preta com o nome ("AGENTE DE TRÂNSITO", sendo o nome "AGENTE" em semicírculo e abaixo o nome "TRÂNSITO" reto. PLATINAS: Entreteladas medindo 140mm de comprimento com largura de 55mm no ombro e 45mm na parte do caseado, chanfrada e abotoada por um botão na cor transparente de 10mm de diâmetro. Rebatidas por pesponto simples a 1mm da borda.</p>		
2	<p>CALÇA OPERACIONAL MODELO DEMUTRAN DESCRIÇÃO: TECIDO TECHNO RIP STOP. COMPOSIÇÃO (70% POLIESTER + 30% ALGODÃO), NA COR PRETA (PANTONE 19406TC). Calça em talhe esportivo com pala e elástico, fechada através de botão metálico e caseado, com zíper reforçado metálico, 6 bolsos, sendo 2 dianteiros tipo americano, 2 laterais com fole e tampa e 2 traseiros com tampa, reforço na parte dianteira, fita refletiva e com as seguintes ESPECIFICAÇÕES: CÓS: Faixa entretelada de 40mm pespontada nas bordas superior e inferior em ponto corrente em pesponto simples, com elástico na parte traseira, fechado por botão metálico (padrão calça jeans) com caseado olho de boi, com sete passantes com 50mm de comprimento e 25mm de largura, posicionados dois no dianteiro, 2 nas laterais e três no traseiro distribuídos equidistantes, com borda inferior embutida no có. BOLSOS LATERAIS: Dois embutidos tipo americano forrado com o próprio tecido, com pesponto duplo na borda do bolso, com abertura da cava a 80mm a partir da junção do có com a lateral. BOLSOS LATERAIS: Dois bolsos quadrados medindo 190mm x 20mm com fole na lateral traseira com profundidade de 20mm. Borda em dobra dupla com 15mm de largura, com velcro preto de 20mm x 130mm, costurando em pesponto simples abaixo da borda e centralizado. Fixados com pesponto duplo a 280mm da junção do có centralizado sobre a costura lateral, com travetes de segurança no sentido horizontal. TAMPAS LATERAIS: Entretelada com cantos quadrados medindo 190mm x 75mm, fechadas por velcro de 20mm x</p>	Unid	24



	<p>UNC 130mm pregados na parte interna inferior da tampa por simples pesponto, sem costura aparente. Pespontadas em pesponto duplo pregadas acima do bolso por pesponto simples, com travetes de segurança no sentido vertical. BOLSOS TRASEIROS: Dois medindo 140mm x 150mm. Borda em dobra dupla com 15mm de largura, com velcro de 20mm x 110mm, costurado em pesponto simples abaixo da borda e centralizado. Pespontado com pesponto duplo com travetes de segurança no sentido horizontal. TAMPAS TRASEIRAS: Entretelada com cantos quadrados medindo 140mm x 65mm fechadas por velcro de 20mm x 110mm pregados na parte interna inferior da portinhola por simples pesponto, sem costura aparente. Pespontadas em pesponto duplo e pregadas acima do bolso por pesponto simples, com travetes de segurança no sentido vertical. REFORÇO FRONTAL: Confeccionado no mesmo tecido da calça, sendo quadrado medindo 210mm de altura na largura da perna. Fixado na linha da costura abaixo dos bolsos laterais em pesponto simples. REFLETIVO: Fita refletiva de 50mm de largura na cor cinza, fixada na circunferência das pernas por pesponto duplo a 10mm abaixo do reforço dos olhos. BRAGUILHA: Fechada por um zíper reforçado metálico e cadaço da cor do tecido com vista com 2 agulhas. BAINHA DA PERNA: Em dobra dupla e pespontada por pesponto simples a 15mm da borda.</p>		
3	<p>BONÉ DESCRIÇÃO: TECIDO TECHNO RIP STOP. COMPOSIÇÃO (70% POLIESTER + 30% ALGODÃO), NA COR PRETA (PANTONE 194006TC Confeccionado no mesmo tecido da calça, modelo japonês, com pala semi-rígida de formato padrão. Cobertura com forro interno recorte em meia-lua na aba frontal, botão coberto fixado no centro da parte superior, dois ilhós de alumínio preto nas laterais para ventilação, com regulador composto de velero FRENTE: No centro da parte frontal da cobertura deverá conter um bordado com nome "TRÂNSITO". LATERAL: Na lateral direita de quem veste deverá conter o nome "DBTRAN" e na esquerda de quem veste o brasão de "BATURITÉ".</p>	Unid	24
4	<p>COTURNO DESCRIÇÃO: COTURNO TÁTICO CONFECCIONADO EM COURO SEMI-CROMO NA COR PRETA DE PRIMEIRA QUALIDADE HIDROFUGADO, SEM MARCAS, ISENTA DE CORTES, FUROS, CICATRIZES, COM ESPESURA MÍNIMA DE 2mm, CANO E LINGUETA EM TECIDO PLANO NÁILON/POLIAMIDA, FORRADO INTERNAMENTE EM POLIAMIDA/POLIÉSTER, FECHAMENTO EM ATACADOR, ILHOSES E GANCHO DE ENGATE RÁPIDO EM POLÍMERO NÁILON, ACOLCHOADO NA BORDA SUPERIOR DO CANO EM ESPUMA LÁTEX DE APROXIMADAMENTE 10mm e DENSIDADE 33 REVESTIDO PELOS DOIS LADOS EM COURO TIPO NAPA VACUM PARA DAR MAIOR CONFORTO, PALMILHA DE MONTAGEM EM COURO, PALMILHA DE LIMPEZA EM LÁTEX E SOLADO EM BORRACHA BLAQUEADO NAS LATERAIS.</p>	Unid	24



LOTE II			
Item	Descrição	UND	Quant
1	CINTO DE SEGURANÇA DE NYLON DESCRIÇÃO: CONFECCIONADO EM CORREIA DE NYLON DE FORMA PLANA, TENDO 1400MM DE COMPRIMENTO (CONFORME TAMANHO DA CALÇA), COM 50MM DE LARGURA E 3,0MM DE ESPESSURA, COM FIVELA (DE CINTO DE GUARNIÇÃO ESTRELA NIQUELADA)	Unid	12
2	FIEL COM APITO DESCRIÇÃO: CORDÃO (FIEL) TRANÇADO, COM 2MM DE ESPESSURA E 120CM DE COMPRIMENTO, COM LIMITADOR ATRAVÉS DE NÓ COM CINCO VOLTAS, FABRICADO COM TECIDO POLIAMIDA, NA COR PRETA, COM UM GANCHO TIPO TRAVA DE FABRICAÇÃO EM AÇO INOX NA PONTA DO CORDÃO PARA PRENDER EM ARMA E NA OUTRA EXTREMIDADE UM GANCHO DE FABRICAÇÃO EM AÇO INOX PARA PRENDER O APITO. APITO FABRICADO COM METAL INOXIDÁVEL NIQUELADO, TAMANHO APROXIMADO DE 40MM, COM BOLA DE CORTIÇA.	Unid	12
3	CINTO DE NYLON DESCRIÇÃO: CONFECCIONADO EM CORREIA DE NYLON DE FORMA PLANA, TENDO NO MÍNIMO 900MM E NO MÁXIMO 1400MM DE COMPRIMENTO (CONFORME TAMANHO DA CALÇA), COM 35MM DE LARGURA E 2,5MM DE ESPESSURA, COM FIVELA (DE ROLETE) E PONTEIRAS PRATEADAS.	Unid	12
4	CAMISA DE MALHA NA COR BRANCA COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE, GRAMATURA 160, NOME COMERCIAL POLIVISCOSE, COR BRANCA, FABRICADA COM TECIDO PRÉ ENCOLHIDO COM TINGIMENTO EM COR FIRME E TOQUE ENCORPADO COM ACABAMENTO ESPECIAL. ESPECIFICAÇÕES: GOLA: COM RIBANA SANFONADA, COM DOLBRA, COSTURA INTERNA NO DEGOLO COM LARGURA DE 15MM FIXADA POR OVERLOQUE, PESPONTADA EM 3 (TRÊS) COSTURAS NAS BORDAS. OMBROS REBATIDO COM 3 (TRÊS) COSTURAS. MANGAS: LISA. FRENTE: NO PEITO DIREITO DE QUEM VESTE UM CORDÃO DE IDENTIFICAÇÃO COM TEXTO BORDADO NO PRÓPRIO TECIDO, COM MOLDURA NA COR BRANCA NA ALTURA TOTAL DE 20MM. TEXTO COM ALTURA DE 9MM CENTRALIZADO, COMPOSTO PELO NOME DO SERVIDOR, SINAL DE FATOR RH DO SANGUE CORRESPONDENTE NA COR VERMELHA. E NO PEITO ESQUERDO DE QUEM VESTE, DEVERÁ CONTER UM BORDADO DO BRASÃO DO DEMUTRAN COM LARGURA PROPORCIONAL.	Unid	48

COSTAS: A 80MM ABAIXO DA COSTURA DO DEGOLO, BCRDADO NA COR PRETA COM O NOME "AGENTE", SENDO O NOME EM SEMICÍRCULO E ABAIXO O NOME "TRÂNSITO" RETO.		
--	--	--

- 2.1. Trata-se de contratação por escopo, conforme art. 6º, XVII, da Lei 14.133/2021.
- 2.2. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A contratação tem a finalidade de atender aos agentes municipais de trânsito, bem como a execução das atividades do servidor, uma vez que essas são desenvolvidas no trânsito e são expostas ao sol e chuva sendo necessária a utilização de vestimenta adequada para a realização dos serviços, que são de suma importância para o município.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. Trata-se da contratação de pessoa jurídica para o fornecimento/AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E ACESSÓRIOS, DESTINADOS AOS AGENTES DA AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE, de responsabilidade da AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE, nas ações que são de sua competência. Neste sentido, decidiu-se por invocar o instituto da contratação indireta por meio de licitação ou dispensa de licitação para contratação dos bens almejados e suprir a lacuna existente. Para que a contratação seja bem-sucedida e atenda perfeitamente à demanda da Secretaria, a contratada deverá ser capaz de realizar o fornecimento dos materiais especificados neste documento, de acordo com as ordens de fornecimento recebidas.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. Trata-se de contratação por escopo, conforme art. 6º, XVII, da Lei 14.133/2021, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica ou por dispensa de licitação a depender do valor estimado da contratação;
- 5.2. A contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Natureza da Contratação:

- 6.1.1. Trata-se de contratação por escopo, conforme art. 6º, XVII, da Lei 14.133/2021.

6.2. Duração Inicial do Contrato:

- 6.2.1. O prazo de vigência deste contrato é até 31 de dezembro de 2023, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma estabelecida no art. 111, da Lei 14.133/2021.

6.3. Da Sustentabilidade:

6.3.1. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à Saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto contratual.

6.3.2. Em virtude do momento pandêmico que estamos vivendo, a contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos empregados para a entrega de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

6.3.3. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

6.3.4. Abster-se de quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de empregados no quadro da empresa;

6.3.5. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

6.3.6. Orientar sobre o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da execução do objeto contratual, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

6.3.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

6.3.8. Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nos locais da execução do objeto contratual.

6.4. Transição Contratual:

6.4.1. Pelas características da contratação, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, não há a necessidade de transição contratual.

6.5. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade dos Órgãos Demandantes:

6.5.1. Para atender a demanda da AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNS TO DE BATURITÉ-CE Contratante a empresa contratada deverá obedecer às seguintes condições para execução do objeto:

6.5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados pela Contratante, em 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento ou instrumento hábil;

6.5.1.1.1. A Ordem de Fornecimento emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue/enviada ao responsável legal da empresa no seu endereço físico ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da documentação apresentada;

6.5.1.1.2. O aceite dos produtos pelo órgão recebecor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no termo de referência da contratação quanto aos serviços entregues;

6.5.1.1.3. No caso de constatação de que os materiais foram fornecidos de forma inadequada em relação às normas e exigências especificadas no termo de referência e contrato, a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei;

6.5.1.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto e/ou derivado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções conforme o termo de referência da contratação.

6.5.1.2. Disponibilizar para a contratante os meios de contatos necessários para a boa comunicação entre as partes, sendo, os endereços físicos, telefones para contato e endereço eletrônico para recebimento e envio de correspondências, e-mails com ordens de fornecimento e comunicados;

6.5.1.3. A contratada será responsabilizada por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados e/ou preposto, quando do cumprimento do objeto da pretensa contratação, decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência;

6.5.1.4. A contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para o fornecimento dos produtos a serem contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço ou demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

6.6. Relevância dos requisitos estipulados:

A definição dos quantitativos é baseada no levantamento feito pela AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE do município de Baturité/CE, execução das atividades do servidor, uma vez que essas são desenvolvidas no trânsito e são expostas ao sol e chuva sendo necessária a utilização de vestimenta adequada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da contratação, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação vigente.

7.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo edital/termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.2. Manter o fornecimento com todos os requisitos necessários ao cumprimento das especificações solicitadas e de acordo com as normas vigentes;
- 8.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na ordem de fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.4. Atender prontamente e fornecer os produtos, objetos da presente contratação, mediante apresentação de requisição, conforme especificações do Objeto contidas neste Termo de Referência;
- 8.5. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.6. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.7. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Nº 14133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 10.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos bens contratados.
- 10.3. A verificação da adequação do objeto contratual deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 10.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 10.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- 10.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 10.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.9. A conformidade do material a ser fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso

10.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no fornecimento do material pretendido.

11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O recebimento provisório será realizado de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

11.2. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

11.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

11.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

11.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis e será feito em até 01 (dia) após a entrega do material;

11.6. O recebimento definitivo será feito em até 03 (três) após a entrega do material;

11.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento provisório ou definitivo do produto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ou Definitivo.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os bens pelo MUNICÍPIO, na proporção da entrega dos bens licitados, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa.

12.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

12.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

a) Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação das Certidões Federais, Estaduais, Municipais e Trabalhista, todas atualizadas, observadas as condições da Carta Proposta e os preços apresentados.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção prevista no subitem 14.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5. A sanção prevista no 14.2.2, calculada na forma do edital ou do contrato ou instrumento equivalente, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será



aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Nº 14.133/2021.

14.6. A sanção prevista no subitem 14.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.7. A sanção prevista no subitem 14.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 14.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.8. A sanção estabelecida no subitem 14.2.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

14.8.1. quando aplicada, será de competência exclusiva do Secretário Municipal;

14.9. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3 e 14.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 14.2.2.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.11. A aplicação das sanções neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consiste em:

a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) **CÓPIA RG E CPF DO(S) SÓCIO(S) ADMINISTRADOR(S) OU TITULAR DA PESSOA JURÍDICA.**

15.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Provas de regularidade, em plena validade, para com:
 - c.1) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
 - c.2) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
 - c.3) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR), conforme Lei 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

15.3. A habilitação econômico-financeira será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- b) **Consulta de licitante pessoa jurídica, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).**

16. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

16.1. As propostas deverão ser preenchidas em via única, digitada ou impressa por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa, assinadas na última folha e rubricadas nas demais por pessoa legalmente habilitada.

16.2. AS PROPOSTAS DE PREÇOS DEVERÃO, AINDA, CONTER:

- 16.2.1. A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;
- 16.2.2. Assinatura do Representante Legal;
- 16.2.3. Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 30 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;
- 16.2.4. Preço total proposto, cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, mão-de-obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no objeto deste Termo de Referência. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário, e entre os expressos em algarismos, e por extenso, prevalecerá o por extenso.
- 16.2.5. Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

16.2.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

16.2.7. Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto, não se admitindo complementação posterior.

16.2.8. Não atenderem às exigências contidas neste Termo de Referência.

17. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

17.1. As propostas de preços deverão ser enviadas ao e-mail comprasbaturite@gmail.com, dentro do prazo estabelecido no preâmbulo deste aviso, obedecendo os critérios de apresentação de propostas e todos os atos formais e materiais a ela inerente.

18. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

18.1. Analisadas as propostas quanto à conformidade com os requisitos deste Termo de Referência, o Ordenador de Despesas promoverá a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis, para, em seguida, proceder à divulgação do resultado do julgamento.

18.2. É facultado ao Ordenador de Despesas promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

18.3. Após a análise das propostas de preços será feito o Mapa Comparativo contendo a Ordem de classificação das Propostas de Preços, sendo feita a posterior convocação da primeira colocada para apresentação dos documentos de habilitação.

19. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

20. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no artigo 60 da Lei Nº 14.133/2021.

Baturité/CE, 22 de maio de 2023.


Cícero Antonio Sousa Bezerra
ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DA AMTB - AUTARQUIA
MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Baturité/CE, através da AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE, na forma que indica o art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público a necessidade de AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E ACESSÓRIOS, DESTINADOS AOS AGENTES DA AMTB - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE, conforme especificações contidas no Termo de Referência em anexo. Os interessados poderão apresentar proposta de preços, na forma regimental, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso.

Baturité/CE, 22 de maio de 2023.


Cícero Antonio Sousa Bezerra
ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DA AMTB - AUTARQUIA
MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BATURITÉ-CE